

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 87/XII/ 1.ª SL

Aos 18 dias do mês de Julho de 2012, pelas 15:30 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

1. Distribuição de Iniciativas legislativas;
2. Discussão e votação na especialidade das seguintes iniciativas legislativas:
 - Proposta de Lei n.º 66/XII/1.ª (GOV) - *Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 286/2009, de 8 de outubro, que regula a assistência e o patrocínio judiciário aos bombeiros, nos processos judiciais em que sejam demandados ou demandantes, por factos ocorridos no âmbito do exercício de funções;*
 - Proposta de Lei n.º 72/XII/1.ª (GOV) - *Define meios de prevenção e combate ao furto e recetação de metais não preciosos, mas com valor comercial, e prevê mecanismos adicionais e de reforço no âmbito da fiscalização pelas forças e serviços de segurança da atividade de gestão de resíduos;*
 - Proposta de Lei n.º 78/XII/1.ª (GOV) - *Transpõe a Diretiva n.º 2009/136/CE, na parte que altera a Diretiva n.º 2002/58/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de julho, relativa ao tratamento de dados pessoais e à proteção da privacidade no setor das Comunicações Eletrónicas, procedendo à primeira alteração à Lei n.º 41/2004, de 18 de agosto, e à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 7/2004, de 7 de janeiro;*
3. Apreciação e votação de parecer sobre as seguintes iniciativas legislativas:
 - Projecto de Lei n.º 251/XII/1ª (PCP) - *Cria a Comissão da Assembleia da República para a Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa - Relator: Deputado Carlos Peixoto (PSD);*
 - Projecto de Lei n.º 258/XII/1.ª (PS) - *Altera o Artigo 47.º do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos - Sétima Alteração ao Decreto-Lei n.º 63/85, de 14 de março - Relatora: Deputada Andreia Neto (PSD);*
4. Aprovação do plano de atividades da Comissão para a 2.ª Sessão Legislativa;
5. Apreciação e votação de relatórios sobre iniciativas europeias;
6. Apreciação e votação de relatórios finais de petições;
7. Outros assuntos.

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente, Deputado Fernando Negrão, e não havendo iniciativas legislativas para distribuir, procedeu-se à discussão e votação na especialidade da Proposta de Lei n.º 66/XII/1.ª (GOV), que *Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 286/2009, de 8 de outubro, que regula a assistência e o patrocínio judiciário aos bombeiros, nos processos judiciais em que sejam demandados ou demandantes, por factos ocorridos no âmbito do exercício de funções.*

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 87/XII/ 1.ª SL

A Proposta de Lei, da iniciativa do Governo, baixara à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias em 6 de julho de 2012, após aprovação na generalidade.

Na reunião, na qual se encontravam presentes todos os Grupos Parlamentares, à exceção do PEV, a Comissão procedeu à discussão e votação na especialidade da Proposta de Lei, de que resultou o seguinte:

- ❖ **Artigos 1.º a 4.º** (incluindo o Anexo a que se refere o artigo 2.º e que republica o Decreto-Lei n.º 286/2009, de 8 de outubro) - **Aprovados por unanimidade;**
- ❖ Foram corrigidos os seguintes lapsos de redação:
 - *Renumeração dos artigos preambulares 2.º (Republicação) e 3.º (Entrada em vigor), que passam a 3.º e 4.º, respetivamente;*
 - *No artigo 1.º da Republicação – onde se lia “A presente Decreto-Lei” passou a ler-se “O presente Decreto-Lei”;*
 - *Na alínea c) do n.º 2 do artigo 4.º da Republicação, onde se lia “Modalidade de proteção jurídica requerida, ou seja, consulta jurídica ou apoio judiciário na modalidade de dispensa de taxa de justiça e demais encargos com o processo”, passou a ler-se “Modalidade de proteção jurídica requerida, ou seja, consulta jurídica, apoio judiciário e dispensa de taxa de justiça e demais encargos com o processo”, por ter sido essa a redação aprovada;*
 - *No artigo 9.º da Republicação, inseriu-se uma vírgula e o termo “aplica-se” a seguir à palavra “decreto-lei” e antes da palavra “subsidiariamente”.*

Verificou-se que o texto da Proposta de Lei altera alguns artigos do Decreto-Lei n.º 286/2009, de 8 de outubro, apenas para adequação da grafia ao novo Acordo Ortográfico, sem, contudo, aplicar igual regra a outros, nomeadamente ao corpo do n.º 1 do artigo 8.º, o que cumprirá corrigir em sede de redação final.

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 87/XII/ 1.ª SL

Adiada a discussão e votação na especialidade da Proposta de Lei n.º 78/XII/1.ª (GOV), que *Transpõe a Diretiva n.º 2009/136/CE, na parte que altera a Diretiva n.º 2002/58/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de julho, relativa ao tratamento de dados pessoais e à proteção da privacidade no setor das Comunicações Eletrónicas, procedendo à primeira alteração à Lei n.º 41/2004, de 18 de agosto, e à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 7/2004, de 7 de janeiro*, teve início a discussão e votação na especialidade da Proposta de Lei n.º 72/XII/1.ª (GOV), que *Define meios de prevenção e combate ao furto e recetação de metais não preciosos, mas com valor comercial, e prevê mecanismos adicionais e de reforço no âmbito da fiscalização pelas forças e serviços de segurança da atividade de gestão de resíduos*.

Tendo sido apresentadas, pelo Grupo Parlamentar do PS, imediatamente antes da reunião, propostas de alteração complementares às apresentadas no dia 16 de julho, a discussão foi interrompida para ser concluída na reunião do dia seguinte.

O Senhor Deputado Carlos Peixoto (PSD) apresentou então o seu parecer sobre o Projecto de Lei n.º 251/XII/1ª (PCP), que *Cria a Comissão da Assembleia da República para a Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa*. Interveio o Senhor Deputado João Oliveira (PCP) que contestou o fundamento invocado pelo Relator para a proposta de parecer no sentido de a iniciativa não estar em condições de subir a Plenário – por consubstanciar a renovação de uma iniciativa já apresentada naquela mesma sessão legislativa – e requereu o adiamento da sua votação para a reunião ordinária subsequente da Comissão.

Em seguida, a Senhora Deputada Andreia Neto (PSD) apresentou brevemente o seu parecer sobre o Projecto de Lei n.º 258/XII/1.ª (PS), que *Altera o Artigo 47.º do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos - Sétima Alteração ao Decreto-Lei n.º 63/85, de 14 de março*. Submetidas a votação, as partes I e III do parecer foram aprovadas por unanimidade, na ausência do PEV.

Não havendo relatórios finais de petições para apreciar, foram apresentados pela respetiva Relatora, Senhora Deputada Isabel Alves Moreira (PS), e aprovados por

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 87/XII/ 1.ª SL

unanimidade, na ausência do PEV, os relatórios sobre as iniciativas europeias “*Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece normas mínimas relativas aos direitos, ao apoio e à proteção das vítimas de criminalidade - COM(2012)275*”, e “*Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho sobre o reconhecimento mútuo de medidas de proteção em matéria civil – COM (2011)276*”.

O Senhor Deputado Filipe Neto Brandão (PS) apresentou então o seu relatório sobre a “*Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho, sobre a luta contra a corrupção na União Europeia – COM(2011)308 final*”, que foi aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.

Por fim, o Senhor Presidente colocou à consideração da Comissão uma proposta de plano de atividades para a 2.ª sessão legislativa, que retomava algumas das iniciativas previstas para a 1.ª sessão, que não fora possível concretizar. Explicou que competia à Comissão aprovar o seu plano de atividades para apreciação da Presidente da Assembleia, ouvida a Conferência de Presidentes, o que urgia concretizar já antes da primeira quinzena de Setembro, final da sessão legislativa, atenta a necessidade de inclusão do correspondente orçamento no Orçamento da AR, cuja proposta teria de ficar preparada em Agosto. Submetida a votação a proposta, foi esta aprovada por unanimidade, na ausência do PEV.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 17:10 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 18 de julho de 2012

O PRESIDENTE DA COMISSÃO



(FERNANDO NEGRÃO)

Nota: Aprovada em 12-09-2012



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 87/XII/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto
Carlos Peixoto
Cecília Honório
Fernando Negrão
Filipe Neto Brandão
Hugo Lopes Soares
Hugo Velosa
Isabel Alves Moreira
Isabel Oneto
João Lobo
João Oliveira
Jorge Lacão
Luís Pita Ameixa
Paulo Rios de Oliveira
Paulo Simões Ribeiro
Ricardo Rodrigues
Sérgio Sousa Pinto
Teresa Anjinho
Teresa Leal Coelho
António Filipe
Maria de Belém Roseira

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Francisca Almeida

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

José Luís Ferreira
Maria Paula Cardoso
Telmo Correia